



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62, DE 2015

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil)

Cria a Comissão Temporária Especial para acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens

DESPACHO:

DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL PREVISTO NO ARTIGO 216, § 1º, DO RICD, ENCAMINHE-SE À MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, resolve:

Art. 1º Esta Resolução cria a Comissão Temporária Especial para acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.

Art. 2º Fica criada a Comissão Temporária Especial para acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.

Parágrafo Único. A comissão de que trata o caput terá a duração de três legislaturas.

Art. 2º Compete à Comissão Temporária Especial para acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens:

I – Articular, receber e coletar dados em nível nacional sobre homicídios com finalidade de subsidiar a elaboração de políticas públicas e tomada de decisões governamentais;

II – Encaminhar aos órgãos competentes denúncias sobre problemas na apuração de homicídios;

III – Acompanhar e monitorar as ações dos Planos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens;

IV - Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços e políticas de desenvolvimento juvenil e garantia de direitos, de segurança pública, justiça criminal e sistema prisional;

V - Apresentar propostas para a consolidação do o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de jovens;

VI - Realizar audiência pública com entidades da sociedade civil;

VII - Solicitar depoimento de qualquer autoridade e cidadão;

VIII - Promover intercâmbio com Entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislação, políticas e ações pertinentes ao objeto da comissão; e

IX - Mobilizar e articular a construção o Pacto Republicano de Enfrentamento ao Homicídio de jovens com os Entes Federados, demais Poderes e a sociedade civil.

Parágrafo único. Para o cumprimento de suas atribuições a Comissão poderá realizar reuniões, mesas redondas, seminários, ouvir autoridades, pessoas em geral, entidades da sociedade civil.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por finalidade criar uma Comissão Especial Temporária para acompanhar a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.

O mencionado plano terá os seus objetivos, metas globais e setoriais, os programas e recursos necessários definidos pelo Poder Executivo. Somente esse aspecto já seria suficiente para justificar a criação da comissão especial, pois é função do Poder Legislativo fiscalizar as ações do Executivo, principalmente em um assunto de tamanha importância quanto a apuração do principal crime contra a vida.

Uma vez que o documento denominado Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens é uma peça a ser elaborada pelo Poder Executivo, em estreita colaboração com a sociedade, faz necessário o acompanhamento desde sua elaboração. Nesse sentido, a principal contribuição do Poder Legislativo reside em facilitar o diálogo com a sociedade.

Estamos certos de que a proposta se constitui em avanço para o ordenamento jurídico nacional, contamos com o apoio dos Pares para a aprovação desta proposição em benefício da melhoria dos índices de segurança pública.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2015.

Deputado REGINALDO LOPES
Presidente

Deputada ROSÂNGELA DE SOUZA GOMES
Relatora

FIM DO DOCUMENTO
